

O Brasil como potência emergente no Sul Global  
no novo cenário internacional: ameaças e  
possibilidades diante da mudança hegemônica

Brazil as a rising power in the Global South in  
the new international scenario: threats and  
opportunities facing hegemonic change

**Ivan Filipe Fernandes**

**Ivan Filipe Fernandes**  
Universidade Federal do ABC  
ORCID: 0000-0002-4236-4393

O BRASIL COMO POTÊNCIA EMERGENTE NO SUL GLOBAL NO NOVO CENÁRIO INTERNACIONAL: AMEAÇAS E POSSIBILIDADES DIANTE DA MUDANÇA HEGEMÔNICA

O objetivo deste estudo é discutir as opções na política externa brasileira face às transformações do sistema internacional. Diante de um ambiente mais tenso e a posição periférica, questiona-se: deve o país escolher lados ou manter sua autonomia? Argumentamos que a ação brasileira deve retomar as heranças da sua atuação estratégica frente a contestações hegemônicas anteriores. A situação atual reduz o espaço para a ação hegemônica e abre possibilidades de rupturas, colocando o Brasil diante de uma encruzilhada. O Brasil é um membro ativo dos BRICS, portanto, parte da zona de contestação da ordem liberal; faz também parte da zona de influência americana no Hemisfério Ocidental e possui um regime democrático vigoroso, colocando-o como parte da frente Ocidental. Damos especial atenção os riscos e oportunidades nas principais parcerias do Sul Global, que contrasta com a parceria secular do Brasil com os EUA e Europa. O BRICS permite uma aproximação institucionalizada e em temas fora do campo da segurança com as potências não ocidentais, sem colocar em risco a aproximação do Brasil com o Ocidente. O nosso estudo basear-se-á numa abordagem da histórica do tempo presente das relações do Brasil com as grandes potências e nas recentes transformações do sistema internacional.

**Palavras-chave:** política externa brasileira; equidistância pragmática; China; Estados Unidos; autonomia.

BRAZIL AS A RISING POWER IN THE GLOBAL SOUTH IN THE NEW INTERNATIONAL SCENARIO: THREATS AND OPPORTUNITIES FACING HEGEMONIC CHANGE

This study aims to discuss Brazil's foreign policy options given the changes in the international system. Faced with a tense environment and a peripheral position, the question arises as to whether the country should choose sides or maintain its autonomy. We argue that Brazil should continue to build on the legacy of its strategic actions in the face of past challenges to hegemony. The current situation narrows the space for hegemonic action and opens up possibilities for rupture, placing Brazil at a crossroads. Brazil is an active member of the BRICS and therefore part of the zone where the liberal order is being contested; it is also part of the zone of American influence in the Western Hemisphere and has a strong democratic regime, which makes it part of the Western front. We pay particular attention to the risks and opportunities in the main partnerships of the Global South, which contrasts with Brazil's centuries-old partnership with the US and Europe. BRICS allows for an institutionalised rapprochement with non-Western powers on non-security issues without jeopardising Brazil's rapprochement with the West. Our study is based on a contemporary historical approach to Brazil's relations with the great powers and the recent transformations in the international system.

**Keywords:** brazilian foreign policy; pragmatic equidistance; China; United States; autonomy.

LE BRÉSIL, UNE PUISSANCE ÉMERGENTE DU SUD GLOBAL DANS LE NOUVEAU SCÉNARIO INTERNATIONAL: MENACES ET POSSIBILITÉS FACE AU CHANGEMENT HÉGÉMONIQUE

L'objectif de cette étude est de discuter des options de politique étrangère du Brésil face aux transformations du système international. Face à un environnement plus tendu et à une position périphérique, la question se pose : le pays doit-il choisir son camp ou maintenir son autonomie? Nous soutenons que les actions du Brésil devraient reprendre l'héritage de ses actions stratégiques face aux défis hégémoniques précédents. La situation actuelle réduit l'espace d'action hégémonique et ouvre des possibilités de rupture, plaçant ainsi le Brésil à la croisée des chemins. Le Brésil est un membre actif des BRICS et fait donc partie de la zone de contestation de l'ordre libéral ; il fait également partie de la zone d'influence américaine dans l'hémisphère occidental et dispose d'un régime démocratique vigoureux, ce qui le place dans le front occidental. Nous accordons une attention particulière aux risques et aux opportunités des principaux partenariats du Sud Global, qui contrastent avec le partenariat séculaire du Brésil avec les États-Unis et l'Europe. Les BRICS permettent un rapprochement institutionnalisé avec des puissances non occidentales sur des questions ne relevant pas du domaine de la sécurité, sans compromettre le rapprochement du Brésil avec l'Occident. Notre étude se fondera sur une approche historique actuelle des relations du Brésil avec les grandes puissances et sur les récentes transformations du système international.

**Mots-clés :** politique étrangère brésilienne ; équidistance pragmatique ; Chine ; États-Unis ; autonomie.

## Introdução<sup>1</sup>

O objetivo deste estudo é discutir as opções estratégicas na política externa brasileira diante das mudanças contemporâneas no sistema internacional. Num ambiente internacional mais tenso, o que resta aos países das zonas periféricas como o Brasil e que estão longe das principais zonas de conflito? Escolher lados ou resguardar sua autonomia? Sugerimos que a ação brasileira deve retomar as heranças da sua atuação estratégica em momentos anteriores de contestação do líder hegemônico no sistema internacional.

Ao longo do século XX, o Brasil se postou de maneira distinta diante das três grandes tensões que marcaram importantes questionamento da liderança hegemônica no sistema internacional, com efeitos relevantes sobre o Hemisfério Americano. Cada uma destas tensões foi marcada por ações distintas dos contestadores da disputa hegemônica na região.

No início do século XX, a resposta do Brasil à tensão da transição hegemônica entre Estados Unidos e Reino Unido foi a opção pelo líder contestador que se consolidava como potência hegemônica hemisférica e cuja geografia lhe era mais favorável (Cervo e Bueno, 2015; Jaeger e Brites, 2020).

Durante a crise dos 1930 e a contestação da ordem internacional colocada pela Alemanha nazista, o Brasil adotou uma postura dúbia entre os projetos nazifascista e liberal democrático, apostando na alternativa norte-americana apenas quando os resultados da 2ª Guerra Mundial já indicavam uma provável vitória dos aliados, deixando em aberto a possibilidade de outras respostas enquanto a Alemanha nazista se apresentava como alternativa viável (Moura, 1980; Doval, 2013). A estratégia denominada pela literatura nacional como a busca da “equidistância pragmática” foi capaz de produzir resultados econômicos significativos para o projeto de desenvolvimento da indústria nacional, com contribuições significativas tanto dos EUA quanto da Alemanha (Lochery, 2015).

Durante a Guerra Fria a opção dos diferentes governos brasileiros foi se manter dentro da esfera de influência norte-americana, tendo relações apenas cordiais com a alternativa soviética após o degelo das relações entre as duas grandes potências. Houve períodos de alinhamento automático aos EUA durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e no primeiro ciclo do regime militar (1964-1968) e outros de busca de maior autonomia, mas sem aproximação com a URSS, sobretudo durante o quadriênio de Jânio e Jango Goulart (1961-1964) e durante o governo militar de Ernesto Geisel (1974-1979).

O atual momento do sistema internacional é, outra vez, de profunda transformação geopolítica (Allison, 2015). A ascensão chinesa coloca em xeque a relativa estabilidade do sistema internacional do Pós Guerra, que se tornou ainda mais sólido com a vitória americana na Guerra Fria e a criação de uma verdadeira *Pax Americana* a partir dos anos 1990 (Fukuyama, 1992).

A *Pax Americana* foi marcada por uma ausência de tensões de segurança entre as grandes potências e um foco central das preocupações internacionais na institucionalidade econômica, consolidada na criação e ampla extensão da agenda de negociações no âmbito da Organização Mundial de Comércio. No entanto, na última década essa agenda foi paralisada com o fracasso das negociações da Rodada de Doha, enquanto os temas de

---

<sup>1</sup> Este artigo traz resultados parciais do Projeto Temático Fapesp 2010/06356-3, 2013/00445-4 e 2018/00646-1.

segurança geopolítica na Eurásia voltaram ao centro do debate internacional a partir das tensões russo-ucranianas e da contestação chinesa à presença norte-americana no Mar da China (Mearsheimer, 2018; Allison, 2017).

Pretendemos discutir, desta forma, quais são as possibilidades e riscos a serem explorados pela política externa brasileira diante desse cenário de maior transformação no eixo estruturante do sistema internacional, que coloca as temáticas econômicas e do desenvolvimento em segundo plano e retorna aos centro das atenções geopolíticas as discussões sobre segurança. Para isto, daremos atenção especial as possibilidades e riscos nas parcerias no Sul Global, novidade recente da política externa brasileira, que se contrapõe a secular parceria do Brasil com os Estados Unidos e com as potências da Europa Ocidental (Stuenkel, 2020).

Entre as diversas transformações na política externa brasileira pós redemocratização, a ambição de expansão das fronteiras diplomáticas e diversificação de parcerias foi um dos grandes desafios enfrentados (Vigevani e Cepaluni, 2007, 2016). Colocamos ênfase na dimensão das relações de cooperação com os países emergentes do BRICS, grupo composto por Brasil, Índia, China e África do Sul, mais a Rússia, diante das tensões recentes que colocam em xeque a hegemonia norte-americana com a emergência da China e o recrudescimento da política externa russa pra a Europa (Fernandes e outros, 2021).

A parceria do BRICS foi uma das principais construções da geopolítica do sistema internacional dos últimos vinte anos, afetando a geometria das relações internacionais de forma geral (Vazquez, 2021). Atualmente representa o principal trunfo brasileiro na nova dinâmica tensionada da competição sino-americana, uma vez que permite uma alternativa pacífica, institucionalizada e estabelecida ao tradicional eixo ocidental da política externa nacional (Fernandes e Cardoso, 2015).

Posto isto, analisamos como a política externa brasileira na ordem democrática se coloca diante destes novos desdobramentos do sistema internacional que estimulam o aumento das tensões econômicas e ganho de escopo nos cálculos de segurança, dando principal ênfase ao papel exercido pelo BRICS na política externa brasileira, assim como aos riscos e oportunidades que surgem das tensões diplomáticas entre Estados Unidos e China. Apresentamos o cenário e os principais desafios internacionais a serem enfrentados pelo Brasil.

Na próxima seção discutimos o aumento das tensões da ordem contemporânea. Na terceira seção apresentamos o peso do BRICS na política externa brasileira e seu significado nesse novo cenário internacional. Na quarta apresentamos os eixos que estruturaram a política externa brasileira durante a *pax americana*. E, em seguida, discutimos quais são as ações, riscos e oportunidades estão abertas ao Brasil nas próximas décadas, tendo como pano de fundo as respostas feitas pelo país em outros momentos de maior tensão no sistema internacional. Por fim, na quinta e última seção finalizamos nosso argumento com breves considerações finais.

## **Tensões na ordem contemporânea**

O mundo pós Guerra Fria é marcado por dois grandes momentos. Em primeiro lugar temos a *Pax Americana*, cujo zênite se deu no otimismo na nova ordem mundial dos anos

1990s após a queda do Muro de Berlim e antes do ataque às Torres Gêmea em 11 de setembro de 2001. E em segundo lugar, o declínio e potencial ocaso da hegemonia americana após a Grande Crise Financeira de 2008 e a consequente ascensão chinesa na década de 2010s. A Grande Recessão colocou em alerta a mudança do eixo de produção de riqueza e do poder globais e suscitou dúvidas quanto à solidez dos fundamentos econômicos e financeiros da primazia norte-americana. (Layne, 2012)<sup>2</sup>.

Nos anos 1990s assistimos a euforia da *Pax Americana* quando a ordem global liberal democrática tornara-se vencedora e o único padrão legítimo de organização das relações internacionais contemporâneas, após mostrar sua capacidade econômica e geopolítica ao derrotar as visões alternativas internacionais baseadas em uma ordem nazifascista, derrotada na 2ª Guerra Mundial, e comunista, derrotada na Guerra Fria (Mearsheimer, 2018).

O credo cruzadista da *Pax Americana* postulava que todos os países combinariam, de alguma forma, um arranjo democrático liberal, orientando as suas relações econômicas por meio da economia de mercado e políticas através de modelos democráticos ou, pelo menos, com movimentos no sentido de uma maior responsividade democrática. Os países que seguissem modelos diferentes tornar-se-iam periféricos ou párias no seio desta nova ordem. Três países representariam a derrota das alternativas históricas: Cuba, Coreia do Norte e Irã, todos empobrecidos, desacreditados e com pouco espaço para articulações políticas na cena internacional.

Houve uma convicção disseminada pela comunidade internacional da vitória inconteste do modelo liberal-democrático. Fukuyama (1992) enunciou esse advento no clássico – e rapidamente questionado por fatos posteriores – “*O Fim da História*”. Nesse período, os EUA por meio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) tornaram-se a polícia do mundo e o veículo legitimador das variações aceitas no modelo liberal democrático. A potência norte-americana atuou como grande *paymaster* do sistema internacional, sendo o principal provedor das instituições econômicas liberais e do regime de segurança pautado na vigilância do Conselho de Segurança da ONU, contando com o apoio da China de Deng Xiaoping e Jiang Zemin e a Rússia de Boris Yeltsin.

O cenário da supremacia americana foi sintetizado institucionalmente na celebração do tratado que criou a Organização Mundial de Comércio (OMC), voltada à promoção do livre comércio em escala global e do aprofundamento da globalização econômica internacional. A OMC é em si a síntese institucional da *Pax Americana* ao ser multilateral e orientada pelo credo liberal.

Houve, inclusive, no período o florescimento de uma sociedade civil global em defesa do cânone democrático liberal, cuja grande expressão em escala global foi dada pelas manifestações em Seattle, em 1999, na reunião da OMC (Taylor, 2004). A crítica à globalização econômica não estava na busca de uma alternativa sistêmica ao modelo democrático liberal, mas sim no seu aprofundamento por meio da superação de suas falhas para a incorporação das massas empobrecidas e da busca de novos modelos demo-

---

<sup>2</sup> Há uma considerável perda de espaço da nação norte-americana na atual conjuntura. Contudo, ainda não é possível garantir que este processo seja irreversível. Em outras conjunturas difíceis, o sistema político-econômico norte-americano foi capaz de se renovar e encontrar alternativas, se reposicionando como líder incontestado do sistema internacional, tal com o ocorrido na crise do capitalismo dos anos 1970s e a resposta americana à ascensão japonesa. No entanto, nenhuma das tensões anteriores se compara ao choque geopolítico representado pela ascensão chinesa, que, como Allison (2015) interpreta, é o maior *player* da história da humanidade.

cráticos que aprofundassem a capacidade de resposta às expectativas populares, bem como a ampliação dos limites institucionais contra a arbitrariedade dos governantes no poder (Murphy, 2004).

Não havia espaço para alternativas autoritárias relevantes ao modelo democrático liberal. Justo o contrário, as manifestações atacavam as falhas e contradições das democracias representativas reais e da globalização neoliberal em relação à responsividade à sociedade, buscando promover e garantir limites críveis aos governantes de plantão em prol da proteção de minorias e vulneráveis.

Três décadas após o fim da Guerra Fria, o cenário internacional é completamente diferente da previsão de Fukuyama (1992) e do otimismo dos 1990s. A economia americana perdeu espaço e dinamismo, enquanto a preponderância da Ásia tornou-se um fato concreto e inescapável da geoeconomia mundial (Narlikar e Kumar, 2004). Os EUA não são mais o motor industrial do sistema capitalista. O principal parceiro comercial da maioria dos países é a China, inclusive na América Latina, que por muito tempo foi considerada o quintal geopolítico norte-americano (Gallagher, 2016).

A Rússia voltou também a ser um ator importante, recuperando parte de seu prestígio de outrora, ainda que em um modo frágil e sem capacidade de ação além de sua fronteira imediata e boa parte deste capital político obtido no sistema internacional tenha sido desperdiçado com a problemática invasão do território ucraniano e o colapso de suas forças militares. Embora não mais seja um eixo estruturante do sistema, sua estratégia externa tem sido organizada no sentido de estabelecer um contraponto espiritual à estabilidade do eixo central do modelo democrático liberal no Atlântico Norte (Dugin, 2012). Além disto, há evidências que indicam capacidade de intervir de maneira subterrânea nos processos democráticos do Atlântico Norte e na América do Sul, afetando os processos eleitorais por meio da participação massiva nas campanhas digitais (Snyder, 2019).

A primeira década do século XXI foi assim marcada pelo início de uma ascensão econômica de potências do Sul Global, especificamente a China e, em parte, a Índia, com trajetórias de desenvolvimento econômico distintas do modelo liberal – democrático e com consequências políticas em escala global (Han e Paul, 2020). Com o exponencial crescimento chinês, a hegemonia estadunidense passou a ser fortemente questionada (Petras e Veltmeyer, 2009; Reich e Lebow, 2014).

Diferente da disputa com os soviéticos, o cenário da política internacional contemporânea apresenta uma rivalidade distinta. O contexto atual não enfrenta apenas superpotências com arsenais nucleares, mas sim atores com capacidades tecnológicas e competitivas que estão em pé de igualdade ou, em alguns casos, até em desvantagem em relação à principal potência liberal democrática (Kaska, Beckvard e Minarik, 2019). Na virada do século XXI, a China tornou-se a principal potência emergente e motor do desenvolvimento mundial. Um indicativo claro desse fenômeno foi o aumento exponencial da demanda chinesa por importações e insumos, impactando a economia global de maneira intensa e profunda (Callahan, 2005).

A ascensão econômica chinesa ao longo do século XXI trouxe à tona demandas por alterações significativas na arquitetura político-institucional do sistema internacional, mas sem a sua substituição ou eliminação. Ao contrário de momentos históricos em que foram instituídos novos arranjos globais, como no Congresso de Viena em 1815, o Tratado de Versailles em 1919, ou mesmo os Acordos de Bretton–Woods em 1941, o que

se percebe na atual estratégia chinesa é uma busca por adaptação incremental e não repactuação radical da institucionalidade internacional. Essa adaptação incremental é lenta e gradual à lógica econômica multi ou bipolar que emerge com sua ascensão.

Nas instituições de segurança, a China está bem posicionada no sistema internacional, pois tem poder de veto no Conselho de Segurança da ONU. Por motivos relacionados à estratégia americana frente à União Soviética, a China substituiu Taiwan como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU na década de 1970. Assim, ela foi colocada como uma grande potência nas instituições de segurança internacional antes de se tornar um meteoro econômico. O principal domínio substantivo que está sendo pressionado pelo surgimento da China é a joia da coroa da *Pax Americana*: a OMC. A China tem adotado e aceitado as regras da e decisões, mesmo quando contrárias aos seus interesses. O sistema da OMC está agora sendo fortemente desestabilizado devido à estratégia americana e não à chinesa.

Ao cooperar dentro dos regimes internacionais, a potência asiática demonstra sua capacidade de socialização e de adesão à institucionalidade estabelecida. O modelo de ação deixa claro que o país emergente compartilhar interesses com outras potências e se compromete a jogar conforme as regras, tornando-se uma potência responsável em ascensão (Carletti, 2013; Foot, 2010). Sua estratégia de ascensão pacífica implica na aceitação desta institucionalidade internacional, do uso dos instrumentos econômicos para alavancagem de poder e da lenta e paciente espera pela readaptação dos regimes ao novo marco de distribuição de poder econômico, sendo coloca-los em xeque (Glaser e Medeiros, 2007).

Dentro desta estratégia a adesão da China à OMC em 2001 evidencia parte do seu plano para ampliar sua capacidade de influenciar as diretrizes dos regimes econômicos. Adicionalmente, busca expandir sua atuação na Ásia, África e América Latina ao estabelecer laços econômicos renovados com o Sul Global. As corporações chinesas emergem como opções competitivas frente às grandes empresas estabelecidas no Atlântico Norte. Contudo a partir da crise da pandemia de COVID-19, as tensões voltaram a florescer no sistema internacional com a invasão russa à Ucrânia e ao aumento das tensões entre Estados Unidos e China no Estreito de Taiwan e no Mar da China<sup>3</sup>.

## Os BRICS na política externa brasileira

A ascensão dos BRICS remete ao potencial ocaso da ordem liberal democrática com a mudança do eixo do sistema internacional do Atlântico Norte para o Pacífico. A crescente relevância do grupo foi consequência do acelerado desenvolvimento e crescimento econômico das potências emergentes, obviamente puxadas pelo extraordinário cresci-

---

<sup>3</sup> Como postulado por Allison (2017), a ascensão chinesa representa o surgimento do maior player geopolítico da história das relações internacionais. Com seu peso populacional, é nítido o desequilíbrio entre a China e qualquer outro país do sistema internacional, salvo à potência demográfica indiana. Desta feita, com o aumento do dinamismo econômico chinês e a cada vez menos provável resolução pacífica das tensões no Mar da China entre EUA e China. O sistema internacional, portanto, entra em um estado de vigilância intensificado. O agravamento das tensões é palpável, especialmente com a mudança estratégica da China em querer exercer maior controle sobre o Mar da China e seu empenho em limitar a presença militar americana nas adjacências de seu território.

mento chinês, seguido de seu vizinho indiano. A transformação da sigla BRICS de um termo de investimento em um nome familiar da política internacional e, mais recentemente, em uma aliança política semi-institucionalizada (chamado BRICS, com um “S” maiúsculo após a inclusão da África do Sul), tornou-se um dos desenvolvimentos mais relevantes na política internacional nas duas primeiras décadas do século XXI (Stuenkel, 2017).

Dentro deste contexto, os países dos BRICS buscaram uma maior projeção internacional do grupo no âmbito ampliação da governança econômica global. O histórico da formação da coalizão e o grau de convergência no sistema internacional é analisado em detalhes por Fernandes e Cardoso (2015). A temática de reforma das instituições de governança econômica global ganhou força no grupo na cúpula de Ecaterimburgo (Rússia), 2009. A pauta principal e unificadora da agenda dos BRICS é uma demanda por maior participação nas instituições internacionais, com a inclusão dos países do Sul – liderados pelos próprios BRICS – nos principais fóruns de debate e reorganização da arquitetura das instituições econômicas internacionais.

A grande crise financeira de 2008 nos Estados Unidos foi um elemento-chave para fortalecer a narrativa da multipolarização. A diminuição do peso relativo das economias do G7 e ascensão dos emergentes demonstrou que a distribuição de poder dentro das instituições de governança econômica e financeira estava defasada e precisava de uma reforma (Ruppelt e outros, 2018). A crise financeira proporcionou uma oportunidade única dos emergentes unirem-se em defesa da reformar da ordem financeira internacional, demonstrando a insatisfação com o ordenamento dos poderes no sistema econômico internacional e a demanda por reformas. A demanda de revisão da estrutura econômica e política global que não era imaginável no imediato pós-Guerra Fria. O peso do G-20 financeiro como principal fórum econômico mundial reflete esta alteração (Stuenkel, 2017)<sup>4</sup>.

A ordem liberal democrática capitalista é ainda hoje baseada nas instituições de Bretton Woods. Entre estas instituições, apontamos o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a governança sobre o comércio internacional no sistema GATT/OMC. Nos três casos, a participação das potências emergentes do Sul Global é extremamente defasado em relação à nova ordem geoeconômica, sendo de interesse das potências emergentes a repactuação e revisão do modelo (Garcia, 2016).

A cooperação intra-BRICS continua sendo um processo impulsionado pela “socialização das elites dentro dos governos”. Embora a cooperação intra-BRICS esteja fortemente ligada à questão da crise financeira internacional, ela se expandiu para outras áreas devido aos efeitos de construção de confiança entre as burocracias governamentais dos BRICS. As estruturas de cooperação em educação, ciência e tecnologia e defesa. Essa institucionalização, entretanto, não altera a natureza jurídica do BRICS. Ele continua sendo um arranjo institucional informal (Bijos e Guilhon, 2014).

---

<sup>4</sup> A ação de maior relevância internacional pelos membros do grupo foi a formação do G-20 global, com objetivo de alterar a governança com a ampliação do fórum de decisões sobre a arquitetura econômica global. Ao grupo interessaria constituir uma arquitetura que refletisse o maior crescimento e riqueza acumulada fora do mundo ocidental. A falta de coesão interna desafia agendas mais ambiciosas.

Surpreendentemente, os BRICS adotaram uma posição unificada durante uma reunião em março de 2014 à margem da Cúpula de Segurança Nuclear em Haia. Os ministros das relações exteriores do BRICS se opuseram às restrições à participação da Rússia na Cúpula do G20 na Austrália em novembro de 2014, contornando a pressão das potências ocidentais contra a anexação da Crimeia (Stuenkel, 2020).

Uma iniciativa que corrobora esse potencial de transformação é a criação do Banco do BRICS. Ela ilustra a capacidade de cooperação de seus membros para além do momento inicial. O Novo Banco de Desenvolvimento está configurado para promover maior cooperação financeira e de desenvolvimento entre os cinco parceiros emergentes e, no longo prazo, uma alternativa às instituições de Bretton Woods (Junior e Figueira, 2014). A criação do Banco do BRICS é um passo importante na tentativa do grupo de expandir seu poder e influência geopolíticos. O Banco assume ter como objetivo mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e a promoção do desenvolvimento nos países do grupo e em outros países emergentes para complementar o trabalho existente das instituições financeiras multilaterais, representadas principalmente pelo FMI e pelo Banco Mundial. Mais uma vez, a estratégia é orientada por uma transformação das instituições do sistema internacional por meio de uma abordagem incremental, sem defender uma ruptura radical.

Há também uma preocupação em fornecer recursos às economias emergentes para atender às próprias necessidades e condições do grupo, em oposição aos modelos definidos externamente pelas instituições de Bretton Woods. O foco no financiamento de infraestrutura, considerado um obstáculo ao crescimento dos BRICS e de outros países emergentes, demonstra um novo modelo de cooperação em potencial. Considerando a atenção às condições dos países emergentes e a ênfase nos investimentos em infra-estrutura sem fortes condicionalidades, fica claro como o Banco concentra seus esforços na criação de uma opção de financiamento alternativa ao FMI e ao Banco Mundial e, consequentemente, no aumento da influência dos BRICS em nível global (Deus e outros, 2019).

\*\*\*

A ascensão de novas potências fora do eixo do Atlântico Norte, especialmente à China, representa uma mudança no paradigma geopolítico e à própria ordem democrática. A China é uma grande competidora e desafiadora da hegemonia norte-americana, ainda que sua ascensão tenha sido, até o momento pacífica e ordeira. Sua estratégia vislumbra ações dentro da ordem internacional estabelecida por meio da construção de parcerias com novos atores que possuem legitimidade na demanda por reformas no sistema internacional (Han e Paul, 2020).

O sucesso da alternativa BRICS só é possível graças a circunstância geopolítica especial de expansão ordeira e pacífica chinesa. O projeto BRICS reflete de maneira clara a opção chinesa de buscar dentro da ordem internacional os espaços para mudanças que deem maior proeminência ao país asiático nas decisões sobre a política internacional, sem produzir tensões militares que possam escalar em curto ou médio prazo.

Tal situação é facilitada por duas características da situação chinesa no cenário internacional. De um lado, a China já ocupa posição especial nos principais fóruns de discussão dos temas de Segurança Internacional na geopolítica global. Isto acontece pois

a China continental desde a década de 1970 é membro permanente e com poder de veto no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS-ONU). Por decisões políticas norte-americanas que remontam à competição russo-americana da Guerra Fria, o então presidente Richard Nixon aproximou-se da China maoísta para fraturar a alternativa socialista-soviética.

O processo contemporâneo de ascensão chinesa seria muito mais turbulento caso ocorresse em um ambiente institucional no qual a China não ocupasse um papel especial no cenário internacional e Taiwan, a China insular, ainda fosse o representante do país mais populoso do mundo na ONU. A potência asiática não precisa demandar de maneira urgente mudanças nas instituições no regime internacional de segurança. Ela já possui o mesmo *status* institucional das grandes potências, sendo necessário apenas a aplicação do seu poder de persuasão para garantir que as decisões do CS-ONU sejam mais favoráveis aos seus interesses (Wuthnow, 2012).

O principal campo de atuação dos BRICS, desta forma, remonta ao esforço chinês de construir uma agenda de mudanças nas instituições da ordem econômica, das quais a participação chinesa é menos privilegiada do que nas instituições de segurança. Nas primeiras duas décadas do século XXI, o BRICS atuou na defesa do fortalecimento do multilateralismo e a reforma das instituições de cooperação econômica. Até hoje as questões de segurança não são eixo relevante nas intermediações entre os países dos BRICS.

As cúpulas globais não podem mais reivindicar legitimidade e inclusão sem convidar o Brasil, a Rússia, a Índia e a China (Cooper e Flemes, 2013). A transição do G8 para o G20 é um dos símbolos mais poderosos dessa mudança em direção a uma ordem mais multipolar. Há um consenso crescente de que os países emergentes como o Brasil, a Índia e a China são indispensáveis para o desenvolvimento de soluções significativas (Liping, 2001).

Entretanto, apesar das enormes oportunidades, o BRICS apresenta desafios para a geopolítica global e para a política externa brasileira. Em primeiro lugar, o tema da democracia é um calcanhar de Aquiles. Enquanto a África do Sul, o Brasil e a Índia são democracias vibrantes do Sul Global, a Rússia é um regime autoritário eleitoral e o sistema chinês rejeita a organização democrática ocidental. Em segundo lugar, apesar de ser amplamente divulgada como a ação de política externa mais audaciosa do Brasil, a troca comercial com a China, o principal parceiro do BRICS, é uma troca qualitativamente semelhante com as trocas Norte-Sul. O Brasil exporta commodities agrícolas e minerais enquanto importa produtos manufaturados de tecnologia intensiva e de maior valor agregado.

## **A política externa brasileira na *Pax Americana***

Desde o processo de democratização, as mudanças internas afetaram a configuração da política externa. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a política externa tornou-se uma atividade com maior peso. Cardoso e seu sucessor, Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), buscaram ativar uma estratégia de maior participação do governo brasileiro em fóruns internacionais, aumentando o grau de interesse da sociedade brasileira em assuntos externos. No entanto, apesar de terem adotado um perfil mais ativo, com forte mobilização da diplomacia presidencial, a postura de cada

um apresentou especificidades importantes que retornam aos grandes debates da política externa brasileira – PEB (Fernandes, 2021).

Além das mudanças no sistema internacional, do fim da Guerra Fria e do avanço da globalização, a década de 1990 registrou duas grandes transformações na sociedade brasileira que alteraram profundamente o ambiente para a elaboração do PEB. A primeira é o próprio processo de democratização. A segunda é a superação do modelo de desenvolvimento cepalino, baseado em forte intervenção o Estado na criação de um sistema econômico relativamente autárquico, com a adoção de uma atitude mais aberta em relação à economia mundial.

A China se torna nesse período, especialmente após os anos 2000, um ativo importante para o sucesso da mudança do modelo econômico com a criação de uma década de bonança na América Latina com o boom chinês (Gallagher, 2016). Como resultado dessa concatenação de mudanças, o Brasil tem uma participação ativa como negociador e não só como ponto de veto no sistema de internacional de comércio com maior participação nas negociações multilaterais da OMC, regionais – Mercosul, Alca e acordo Mercosul – União Europeia, e negociações bilaterais (Cervo, 2010).

## **A busca por autonomia e diversificação no mundo globalizado**

Durante os anos Cardoso, a estratégia externa do Brasil foi denominada pela literatura nacional como a busca de autonomia pela integração. Durante o governo Lula houve uma recuperação de elementos da política externa independente e do pragmatismo responsável em uma nova estratégia externa denominada como autonomia pela diversificação (Vigevani e Cepaulini, 2011). O governo FHC foi uma tentativa de readequar as mudanças radicais e liberalizantes do governo de Fernando Collor, contrárias às tradições econômicas e políticas brasileiras. Mesmo mantendo uma maior aproximação com o mundo exterior, a gestão de FHC não propôs um alinhamento automático com a política externa americana. Houve sim a defesa de uma política externa pró-ativa e participativa, mas ainda autônoma, o que levou Vigevani e outros (2003) a indicar que a lógica subjacente à ação externa brasileira era a busca da autonomia pela integração por meio da participação ativa na elaboração das normas e das pautas de conduta da ordem mundial.

A premissa fundamental do PEB de FHC baseava-se na mudança estrutural das relações internacionais com o fim da Guerra Fria: a secundarização das questões de segurança em relação à agenda econômica e à integração do mercado global e o contundente papel dos EUA como líder incontestado do novo sistema. O objetivo não era mais aceitar passivamente os parâmetros da globalização, mas conduzir um papel ativo do Brasil como parte dos definidores de um novo sistema internacional, especialmente em sua face econômica e financeira (Fernandes, 2021).

Ademais, a adesão ao mercado global se daria em dois passos: o aprofundamento das relações regionais a partir do Mercosul e o posterior adensamento da integração internacional. A opção por um regionalismo aberto decorreu da ampla rejeição do modelo autárquico de desenvolvimento herdado do Regime Militar. O Mercosul seria importante

para viabilizar, a partir de uma posição de maior poder econômico, a incorporação dos países do Cone Sul às tendências internacionais (Vigevani e outros, 2003).

Uma maior ênfase no regionalismo, a rápida criação do bloco regional MERCOSUL e a escolha da América do Sul como um espaço de ação e cooperação na região por meio de persuasão pacífica caracterizaram a década de 1990. A integração regional e a hegemonia consensual tornaram-se uma das diretrizes fundamentais da PEB, funcionando como uma ferramenta para aumentar o poder de barganha do subcontinente em esferas de negociação além do hemisfério ocidental (Borges, 2008).

O Brasil estava, assim, consolidando uma reinterpretação da ideia central de autonomia, presente de forma incipiente no governo de Getúlio Vargas e formulada de forma abrangente a partir da Política Externa Independente. A autonomia não seria mais alcançada por meio da desconexão do Brasil com o mundo, mas por meio de uma convergência crítica com as instituições internacionais, utilizando seu poder brando, conquistado nas últimas décadas como instrumento de influência sobre a agenda internacional (Fernandes, 2021).

Os governos Lula e Cardoso atualizaram tradições diplomáticas brasileiras distintas, revelando diferenças de ações, preferências e percepções do cenário internacional. No entanto, ambos sempre se pautaram pelo binômio autonomia e desenvolvimento. Enquanto o governo Cardoso foi uma atualização mais autonomista do paradigma de maior alinhamento com os EUA pensado pelo Barão do Rio Branco nas primeiras décadas do século XX, o governo Lula recuperou as estratégias autonomistas no auge do modelo de industrialização por substituição de importações por meio da diversificação de parcerias, mas sem uma rejeição autárquica do mundo globalizado (Cepaluni e Vigevani, 2009).

Mais uma vez, a busca pela diversificação de interesses foi baseada na redução da dependência do Brasil em relação às potências ocidentais. Desde o governo Lula, o Brasil adotou uma postura mais assertiva em busca de um assento permanente no CS-ONU, e os BRICS se tornaram um canal importante para transmitir essas demandas (Villa e Viana, 2010).

Entre os países do BRICS, a China e a Rússia têm uma posição mais consolidada no sistema de segurança internacional, enquanto o Brasil, a Índia e a África do Sul reivindicam maior participação. Não por acaso, essas três potências emergentes colaboram simultaneamente no fórum do IBAS, além da intermediação do BRICS. O IBAS foi um dos primeiros passos na ampliação da cooperação Sul-Sul. Somente no contexto da crise financeira internacional, o esforço de aproximação com as potências emergentes voltou-se para o BRICS (Lima, 2010).

Entre todos os atores do IBAS e do BRICS, apenas o Brasil e a África do Sul buscam a integração com base apenas no soft power. O caso brasileiro reflete as intenções de um país que articula a ambição global por prestígio e influência na governança global sem uma capacidade militar convencional significativa correspondente ou posse de armas nucleares. A dependência da estratégia do Brasil em relação ao fortalecimento das esferas multilaterais faz dos BRICS um alicerce fundamental de sua inserção e ascensão internacional (Flemes, 2010).

Alguns autores, como Cornetet (2014) e Almeida e Fernandes (2022), indicam que a integração brasileira nas instituições de cooperação Sul-Sul foi contida após o governo

Lula. As iniciativas do Brasil nos últimos anos têm sido mais reativas aos problemas globais e mais focadas no campo das ideias do que na ação prática.

## **Os desafios da Política Externa Brasileira na desordem internacional**

A atual conjuntura internacional aponta para uma evidente contestação da liderança hegemônica norte-americana, país responsável e garantidor último da densa institucionalidade que pautam as relações internacionais desde o fim da 2ª Guerra Mundial.

Não obstante os EUA tenham enfrentado competidores em três momentos distintos do século XX – sendo a potência contestadora da hegemonia britânica na América no início do século XX e a contestada (parcialmente, uma vez que a principal desafiada era a potência naval britânica) com a ascensão da Alemanha nazifascista e, principalmente, durante a Guerra Fria com as tensões enfrentadas pelas ações da União Soviética – a China é o maior desafio internacional já enfrentado pelos EUA.

O desafio chinês é diferenciado por duas razões. Em primeiro lugar, o foco inicial das tensões ocorre no continente asiático, muito distante geograficamente dos EUA, colocando o país numa situação semelhante ao Reino Unido frente à América Latina nas duas primeiras décadas do século XX. Em segundo lugar, os EUA enfrentam pela primeira vez um competidor que apresenta uma maior capacidade de inovação tecnológica, assim como um contingente populacional bastante superior. Desta forma, os EUA se colocam na defensiva, não obstante o histórico criativo da econômica americana já tenha respondido de maneira eficaz a alternativa japonesa ao longo dos anos 1970 e 1980.

O Brasil, por sua vez, assim como a América do Sul, não está no centro sensível das novas tensões internacionais. O Hemisfério Ocidental ainda é a principal zona de influência norte-americana. Entretanto, como potência em ascensão e com forte capacidade econômica, o surgimento da China representou uma oportunidade para o desenvolvimento latino-americano que as alternativas oferecidas pelos EUA não conseguiram igualar. No entanto, as tensões no continente podem surgir apenas no campo econômico, e uma mudança para a esfera da segurança é muito improvável.

Ao longo da década de 2000-2010, o boom importador chinês representou um grande sopro de dinamismo econômico na América Latina que pode crescer por quase uma década reduzindo a desigualdade de renda em escala não vista em qualquer outra região do mundo em tempos de paz (Gallagher, 2016). Desta forma cria-se uma situação paradoxal, no qual a cooperação sulamericana-chinesa em termos econômicos ganha laços mais profundos, enquanto a dinâmica política ainda é mais incipiente.

Por outro lado, há de se apontar que a dinâmica econômica das relações sino-latino-americanas são pautada por uma balança comercial menos equilibrada no que toca à cesta de bens. Enquanto o intercâmbio entre Brasil e Estados Unidos contém uma pauta exportadora brasileira com uma quantidade razoável de bens manufaturados, sendo um sustentáculo da comalida indústria brasileira, o intercâmbio sino-brasileiro tem uma pauta que causaria temores no tradicional pensamento cepalino. O Brasil exporta commodities minerais e agropecuárias enquanto importa os bens de maior teor tecnológico.

Um terceiro traço que marca a atual tensão na América Latina é que diferentemente do ocorrido durante a Guerra Fria e propriamente assemelhado à competição interna-

cional imposta pelo projeto nazifascista, os chineses buscam construir mais conexões no subcontinente latino americano, ameaçando a fortaleza do distanciamento geográfico dos EUA às outras grandes potências.

Diferentemente da estratégia soviética que buscava apoio em movimentos subterrâneos e clandestinos, a agenda chinesa busca a construção de cooperação institucional direta com os governos sulamericanos. A China é hoje um player ativo na economia da América do Sul e mesmo de toda América Latina, sendo um grande financiador de investimentos infra-estruturais, sobretudo no âmbito da IIRSA, e também de cooperação econômica para o desenvolvimento.

O cenário, portanto, coloca o Brasil em uma situação próxima aquela enfrentada pelo primeiro governo Getúlio Vargas (1930-1945) durante o ciclo da década de 1930. O Brasil buscou ao longo daquela conturbada quadra histórica quando angaria apoio e financiamentos ao projeto de industrialização nacional com recursos alemães e americanos. Alemanha, assim como a China de Xi Jinping, também buscava criar conexões econômicas e políticas com os países da América do Sul, ainda que maior atenção tenha sido dada à Bacia do Prata. Ainda que em menor escala e com menor capacidade, os alemães celebraram diversos acordos com os países latino americanos, assim como os chineses vem realizando atualmente.

A pandemia de COVID-19 é um grande marco deste novo cenário. A vacina desenvolvida no Brasil durante os anos mais agudos da crise foi realizada em parceria com laboratório chinês e não com parceiros americanos ou europeus (Meyers, 2022). Dessa forma, o cenário se aproxima das operações diplomáticas do Brasil durante a década de 1930. O governo de Getúlio Vargas procurou arbitrar as parcerias brasileiras com os EUA e a Alemanha nazista a fim de garantir benefícios para o Brasil a partir do esforço de barganhar a participação brasileira em suas respectivas zonas de influência.

Não é esperado nesse momento que haja uma adesão unilateral brasileira à frente ocidental liderada pelos Estados Unidos e nem também uma virada pró-China que indique uma ruptura com a cooperação de longa data com seu parceiro hemisférico. Inclusive, dados recentes coletados sobre a opinião pública brasileira sobre seus principais parceiros internacionais indicam um apoio semelhante dos brasileiros à cooperação com a China e com os EUA (Fernandes e outros, 2021)

A estratégia de cooperação pendular torna-se ainda mais sólida com o pedido de adesão do Brasil à OCDE e também a celebração do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Européia, que foi celebrado conjuntamente com a densificação da cooperação no âmbito dos BRICS. O Brasil possui desta forma característica *sui generis* de soft power que o permitiram atuar de uma maneira relativamente autônoma frente à armadilha de Tucídides que se arma sobre o sistema internacional. De um lado, faz parte de uma das mais arrojadas organizações que buscam questionar e transformar as instituições internacionais cujo predomínio ocidental é incontestado. Por outro lado, as vinculações brasileiras com o mundo ocidental são um elemento estruturante da formação do país, fruto da herança colonial portuguesa, tendo sido inclusive sede da capital de um Império Europeu entre 1808 e 1822, no Rio de Janeiro;

A estratégia pendular somente será possível porque, na atual configuração de poder global, o Brasil é um dos poucos países que pode exercer um papel pivotal em meio à bipolarização. Isto é, o Brasil é ao mesmo tempo membro fundador dos BRICS e busca

se tornar membro efetivo da OCDE. Ambas as potências veem o Brasil como aliado importante na disputa com o rival e buscam atrair o país para sua esfera de influência. Assim, o Brasil pode exercer uma estratégia que extraia o máximo de benefícios políticos e econômicos desta configuração.

A posição do Brasil na atual configuração de poder global permite uma reedição atualizada da política externa pendular de Getúlio Vargas, buscando alcançar ganhos políticos e econômicos com a competição entre as potências, assim como evitar e postergar os custos excessivos ao exercer uma ação comedida em meio à bipolarização. A postura diplomática equilibrada da diplomacia brasileira pode criar salvaguardas por meio de compromissos cruzados que aumentariam os custos para a China e os EUA de tentativas de isolar ou penalizar o país. Esta política reduziria riscos de sanções econômicas, manipulações comerciais, e restrições em investimentos e tecnologia militar. Estrategicamente, tal postura fortalece o efeito dissuasório e restringe ações internacionais contrárias aos interesses brasileiros, complicando as decisões de retaliação das grandes potências em choque.

## Referências

- Allison, G. (2015). The Thucydides trap: are the US and China headed for war? *The Atlantic*, 24(9), 2015.
- Allison, G. (2017). *Destined For War: Can America and China Escape Thucydides's Trap?* Mariner Books.
- Almaie, M. H., & Fernandes, I. (2022). O Brasil e a América do Sul: notas sobre um passado recente. *Revista Cebri*, 1, p. 131.
- Bijos, L., & Guilhon, E. P. (2014). BRICS, uma alternativa de poder?. *Revista do Direito Público*, 9(1), 9-54.
- Callahan, W. A. (2005). How to understand China: the dangers and opportunities of being a rising power. *Review of International Studies*, [s.l.], 31(4), 701-714.
- Carletti, A. (2013). A China, os BRICS e os países em desenvolvimento. *Carta Internacional*, [s.l.], 8(2), 20-37.
- Cepaluni, G., & Vigevani, T. (2009). *Brazilian foreign policy in changing times: the quest for autonomy from Sarney to Lula*. Lexington Books.
- Cervo, A. L., & Bueno, C. (2015). *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UNB. 2.ª edição.
- Cervo, A. L. (2010). "Brazil's rise on the international scene: Brazil and the World." *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53, 7-32.
- Cooper, A., & Flesher, D. (2013). Foreign policy strategies of emerging powers in a multipolar world: An introductory review. *Third World Quarterly*, 34(6), 943-962.
- Cornetet, J. M. C. (2014). A política externa de Dilma Rousseff: Contenção na Continuidade. *Revista Conjuntural Austral*, 5(24).
- Deus, L., Terra, F., & De Conti, B. (2019). O Banco dos BRICS e sua potencial influência sobre as assimetrias do sistema monetário e financeiro internacional. *Geosul*, 34(70), 13-33.

- Doval, G. P. (2013). La Autonomía como eje rector de la política exterior: El caso brasileño. *Temas y Debates*, 25, 109-125.
- Dugin, A. (2012). *The fourth political theory*. Arktos.
- Fukuyama, F. (1992). *O Fim da História e o Último Homem*. Editora Rocco.
- Fernandes, I. (2021). Política Externa e Política Externa Brasileira. In: Rodrigo Gallo (Org.). *Relações Internacionais – Temas Clássicos* (pp. 75-126), 1.ª ed., Boa Vista: IOLE Editora.
- Fernandes, I., Freitas, V. A., & Onuki, J. (2021). The BRICS and Brazilian public opinion: soft balancing or economic strategy? *Revista Brasileira de Política Internacional* (online), 64, 1-22.
- Fernandes, I., & Cardoso, L. F. (2015). A Política Externa Brasileira e o Grupo dos Brics. *Leviathan* (São Paulo), 11, 121-144.
- Flemes, D. (2010). A visão brasileira da futura ordem global. *Contexto Internacional*, 32(2), julho /dezembro.
- Foot, R. (2010). O poder chinês e a ideia de um país responsável. In: *O Que a China Quer? Entenda o Mundo*, 1.ª ed., São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.
- Gallagher, K. P. (2016). *The China triangle: Latin America's China boom and the fate of the Washington consensus*. Oxford University Press.
- Garcia, G. (2016). The rise of the global South, the IMF and the future of Law and Development. *Third World Quarterly*, 37(2), 191-208.
- Glaser, B. S., & Medeiros, E. S. (2007). The changing ecology of foreign policy-making in China: the ascension and demise of the theory of 'peaceful rise'. *The China Quarterly*, 190, 291-310.
- Jaeger, B. C., & Brites, P. V. (2020). O Brasil e a Grande Estratégia dos EUA: aspectos históricos conjunturais. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 6(1). <https://doi.org/10.26792/rbed.v6n1.2019.75080>
- Junior, H. M., & Figueira, M. S. (2014). BRICS Bank's role on remaking of international order / O banco dos BRICS e os cenários de recomposição da ordem internacional. *Meridiano*, 47(142), 54-63.
- Han, Z., & Paul, T. V. (2020). China's rise and balance of power politics. *The Chinese Journal of International Politics*, 13(1), 1-26.
- Kaska, K., Beckvard, H., & Minárik, T. (2019). *Huawei, 5G and China as a Security Threat*. NATO Cooperative Cyber Defence Centre of Excellence (CCDCOE).
- Layne, C. (2012). This time it's real: the end of unipolarity and the Pax Americana. *International studies quarterly*, 56(1), 203-213.
- Lima, M. R. S. (2010). Brasil e Polos Emergentes de Poder Mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul. In: R. Baumann (Org.). *O Brasil e os demais BRICS: Comércio e Política* (pp. 155-179). Brasília: CEPAL.
- Liping, X. (2001). China: a responsible great power. *Journal of Contemporary China*, 10(26), 17-25.
- Lochery, N. (2015). *Brasil. Os frutos da guerra*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Mearsheimer, J. J. (2018). *The great delusion: Liberal dreams and international realities*. Yale University Press.

- Moura, G. (1980). *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. RJ: Nova Fronteira.
- Murphy, G. H. (2004). The Seattle WTO Protests: Building a Global Movement. *Creating a Better World: Interpreting Global Civil Society*, 27-42.
- Myers, M. (2022). China's Covid-19 Diplomacy in Latin America and the Caribbean: Motivations and Methods. *Global Security Review*, 2, Article 4.
- Narlikar, A., & Kumar, R. (2012). From Pax Americana to Pax Mosaica? Bargaining over a New Economic Order. *The Political Quarterly*, 83(2), 384-394.
- Petras, J., & Veltmeyer, H. (2009). *Hegemonia dos Estados Unidos no Novo Milênio*. 1.ª edição, Petrópolis: Vozes.
- Reich, S., & Lebow, R. N. (2014). *Good-Bye Hegemony!: Power and Influence in the Global System*. [s.l.]: Princeton University Press.
- Ruppelt, M., Missaggia, A. B., Santos, B. M., & Silveira, F. (2018). Análise da crise do Subprime e os derivativos de crédito nos Estados Unidos da América. *Espaço e Economia. Revista Brasileira de Geografia Econômica*, [s.l.], 13.
- Snyder, T. (2019). *Na contramão da liberdade: a guinada autoritária nas democracias contemporâneas*. Editora Companhia das Letras.
- Stuenkel, O. (2020). *The BRICS and the future of global order*. Lexington books.
- Stuenkel, O. (2017). *Post-Western world: How emerging powers are remaking global order*. John Wiley & Sons.
- Taylor, R. (Ed.) (2004). *Creating a better world: Interpreting global civil society*. Kumarian Press.
- Vazquez, K. C. (2021). Brazil and BRICS multilateralism à la Carte: From bilateralism to community interest. *Global Policy*, 12(4), 534-538.
- Vigevani, T., & Cepaluni, G. (2007). Lula's foreign policy and the quest for autonomy through diversification. *Third World Quarterly*, 28(7), 1309-1326.
- Vigevani, T., & Cepaluni, G. (2016). *A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula*. Editora UNESP, 2.ª edição.
- Vigevani, T., Oliveira, M., & Cintra, R. (2003). Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Revista Tempo Social*, 15(2), 31-61.
- Villa, R., & Viana, M. T. (2010). Security issues during Lula's administration: from the reactive to the assertive approach. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53, 91-114.
- Wuthnow, J. (2012). *Chinese Diplomacy and the UN Security Council: Beyond the Veto* (1st ed.). Routledge.

